

JORNAL AS BROMÉLIAS



FEMINISMO NO AMBIENTE ACADÊMICO? COMO ASSIM?

Por Emanuely Dias

É com muita alegria, que os pesquisadores do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero, apresentam a primeira edição deste jornal!

Este jornal busca apresentar reflexões e questionamentos sobre temáticas em que os grupos minoritários estão presentes demais, ou de menos. Vemos aqui, a forma em que o feminismo está presente em basicamente todo ambiente. Especialmente no acadêmico, com pesquisas e discussões sobre o feminismo.

Quer um exemplo? No dia 08 de março de 2024, alguns membros do Laboratório realizaram uma pequena intervenção no Campus de Cianorte, e explicaram para alguns acadêmicos sobre o significado do dia 08, qual a necessidade de refletir sobre a data, além de outras falas importantes que ocorreram durante a intervenção. É importante lembrar que o Movimento Feminista, lutou e luta, pelos grupos minoritários! Aproveite a leitura!

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NA EDIÇÃO 01:

FEMINISMO NO AMBIENTE ACADÊMICO? COMO ASSIM?
Página 01

O QUE AS MULHERES ANDAM FAZENDO NA POLÍTICA? Página 02

ERA SÁBADO DE MANHÃ: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LUTA DAS MULHERES CONTRA O PODER E DOMINAÇÃO. Página 05

CONSTRUINDO UM FUTURO EQUITATIVO: MULHERES NA CIÊNCIA E NA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.
Página 07

VALE A PENA LER ESSE LIVRO?
Página 09

POR QUE O ABORTO NÃO É DISCUTIDO? Página 11

FLEXIBILIDADE E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REALIDADE UTÓPICA Página 12

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O SALÁRIO MATERNIDADE: DIREITO, SOLICITAÇÃO E PREVENÇÃO DE GOLPES Página 14

LABORATÓRIO DE ESTUDOS FEMINISTAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO



O QUE AS MULHERES ANDAM FAZENDO NA POLÍTICA?

Por Andreza Vieira

Quando recebemos a proposta de realizar um jornal para o I Seminário de Estudos Feministas e Violência de Gênero, nos dividimos em diferentes tópicos e propusemos a pesquisar sobre as ações das mulheres na política nas cidades de Cianorte e Maringá.

No executivo, não tivemos nenhuma mulher até o momento, em 77 anos na cidade de Maringá e 69 anos em Cianorte. Foi aí que recorremos às informações do legislativo, verificando a participação feminina desde o processo de redemocratização, em 1985, após o fim da Ditadura Militar. Entramos em contato com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Maringá, representada pela secretária Terezinha Pereira, e na Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Crianças e Adolescentes, cuja secretária é Stephanie Piveta, para obter informações sobre essa participação.

Até o momento, conseguimos apenas o contato inicial, e ainda não nos foram fornecidas as informações. Gostaríamos de conhecer um pouco mais sobre a biografia, as profissões e os projetos de leis das mulheres eleitas cujos projetos foram aprovados ao longo da história dessas duas cidades que permeiam o espaço acadêmico da Universidade Estadual de Maringá.

Diante do tempo de espera por um retorno, decidimos fazer um inventário das informações que conseguiríamos obter por meio de notícias e até mesmo do site da Câmara Legislativa das duas cidades. Nesse sentido, o site da Câmara de Maringá nos forneceu a listagem de todos os vereadores e descobrimos que, dos 192 parlamentares que participaram da Câmara desde 1989, 25 foram do gênero feminino. Afunilando ainda mais, muitas dessas mulheres se reelegeram por alguns mandatos, fazendo que o montante final de mulheres maringaenses que chegaram ao cargo legislativo caísse para 12. Em porcentagem, isso seria 13% ao longo desses 33 anos.

Já em 1933, a educadora, escritora, ensaísta, poetisa, jornalista e uma das pioneiras do feminismo no Brasil, Mariana Coelho, quase 100 anos atrás, chegou a afirmar que a mulher latina possuía menor interesse em questões políticas do que as anglo-saxônicas porque sua educação era meramente feminil, não abordando a igualdade dos sexos nem a evolução ao impulso da justiça social.

Nesse sentido a autora exigia uma nova educação a mulher latina: “UMA SÃ E APROPRIADA EDUCAÇÃO DA MULHER MODERNA, PARA QUE ESTA SURJA AOS OLHOS DOS PESSIMISTAS DIGNA DE SER RESPEITADA, E NÃO RIDICULARIZADA” (COELHO, 2002, P. 32). A citação que foi escrita há tanto tempo, continua atual. Em pleno 2024 podemos notar o quanto discussões e leis propostas por mulheres geram embates e controvérsias na socieda

de, sem contar na descrença que muitos indivíduos têm – indivíduos que vão além de homens cis! – sobre a importância das mulheres na política.

Ao analisar os dados fornecidos pela Câmara Legislativa de Maringá, nos perguntamos quais mudanças significativas poderíamos notar na política das duas cidades, feitas por mulheres. E, fomos à busca. Infelizmente, o site da Câmara Legislativa de Cianorte não disponibilizou as informações que buscamos.

Conseguimos apenas observar que no mandato de 2021-2024, de 14 parlamentares, duas mulheres foram eleitas. Em 2013-2016, de 10 parlamentares no total, duas mulheres (sendo uma delas reeleita) e em 2017-2020, seguiu-se assim.

Nos demais anos, a base de dados não foi cadastrada. É importante que os órgãos administrativos se atentem à distribuição dessas informações, pois elas fornecem respostas e questionamentos importantes para nossa realidade. Vale lembrar que o papel do legislativo é promover transparência nas ações para toda a população.

Por essa razão, a partir desta parte de nosso pequeno artigo, vamos nos concentrar em observar as ações e projetos propostos por mulheres na política de Maringá, devido à falta de informações. Esperamos que a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Crianças e Adolescentes forneça as demais informações para que possamos analisá-las num outro momento.

Das 12 mulheres que participaram da

política maringaense entre os anos de 1989-2024, 3 não tiveram nenhum projeto de lei aprovado.

Aqui não sabemos dizer se foi por falta de projetos ou porque não houve aprovação dos demais vereadores. Ao pensar que somente 12 mulheres participaram da política, e ao perceber que 3 delas não tiveram nenhum projeto aprovado, essa informação nos sugere duas coisas: Ou um certo receio e restrição dos partidos dessas mulheres em sua atuação política ou até mesmo a coerção pelos demais participantes do legislativo sobre as vereadoras.

As demais vereadoras produziram projetos de leis importantes. Ao todo, foram 96 projetos aprovados em Lei Ordinária, Resoluções e Lei Complementar. Ao observarmos, percebemos que 66 deles dizem respeito à segurança da mulher, da criança, do adolescente. Não somente isso, mas também a diversas minorias políticas, como afro-descendentes, a comunidade LGBTQIA+, e pessoas com deficiência. Ou seja, quase 70% das demandas desses projetos feitos por mulheres para as minorias sociais exigiam direitos básicos, que pudessem ser assegurados por lei municipal.

Em 2002, Edith Dias conseguiu a aprovação de uma Lei Ordinária que concede preferência na aquisição de unidades habitacionais resultantes de programas executados pelo Poder Público Municipal a mulheres que tenham sido abandonadas por seus cônjuges ou compa-

nheiros, companheiros, com filhos menores e renda familiar de até três salários-mínimos. Em 2012, a Lei Ordinária de Marly Martin Silva dispôs sobre a realização de cirurgia plástica reparadora por mulheres vítimas de violência na rede pública municipal de saúde.

A Lei Ordinária nº 9544 de 2013, produzida por uma vereadora, Márcia Socreppa, dispõe sobre a manutenção de assentos especiais para idosos, gestantes e pessoas com deficiência em mercados, supermercados, hipermercados e farmácias.

A Professora Vilma, em 2019, conseguiu a alteração da Lei n. 10617/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de fraldários em shopping centers e estabelecimentos similares. Por sua vez, Cris Lauer em 2021 produziu um projeto que resultou na Lei Ordinária 11424, a qual veda a nomeação e a contratação, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Maringá, de condenados em ações de natureza criminal, com decisão transitada em julgado, por crimes contra a dignidade sexual, por violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, por violação dos direitos da criança e do adolescente, por violação dos direitos da pessoa idosa e por violação dos direitos da pessoa com deficiência.

A Professora Ana Lúcia, que continua ativa em seu cargo até o presente momento, já produziu vários projetos, e cerca de 45 deles foram aprovados, dentre eles a Lei Ordinária 11747 de 2023, que institui a Política Municipal “Vini Jr.” de combate ao racismo nos estádios, ginásios e arenas esportivas,

públicos ou privados, do Município de Maringá.

Poderia falar de várias outras leis que existem no município de Maringá graças a ações de mulheres. Apesar de serem em menor número, a presença do gênero feminino na Câmara Legislativa de Maringá fez, e continua fazendo, total diferença na organização de ações e políticas públicas para os grupos minoritários.

Mas nossa questão principal continua sendo a seguinte: *o que as mulheres poderiam fazer e contribuir na política se não estivessem ocupadas demais exigindo os seus direitos básicos e assegurando os direitos básicos de outros grupos politicamente minoritários?*

Esse questionamento nos vem da percepção de como as leis aprovadas pelos vereadores possuem outro caráter: o caráter de organização da cidade, de produção de projetos culturais, de ações de caráter construtivo, físico. Enquanto isso, as mulheres estão na política para continuar fiscalizando seus direitos e os direitos de outros grupos, que em pleno 2024 continuam a ser questionados e de certa forma não respeitados.

Até quando a responsabilidade pelo cuidar será deixada somente nas mãos do gênero feminino? Não deveria ser uma preocupação de todos?

Terminamos este pequeno artigo com essa imensa reflexão, mas também com um agradecimento a todas as mulheres que, de forma direta ou indireta, continuam escolhendo fazer política

todos os dias. Continuam a lutar e assegurar pelos direitos. Continuam vivendo e buscando uma igualdade e uma educação que, desde 1933, Mariana Coelho almejava a todas as suas conterrâneas. Continuamos desejando o mesmo para nós e para todas as mulheres daqui para frente.

ERA SÁBADO DE MANHÃ: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LUTA DAS MULHERES CONTRA O PODER E DOMINAÇÃO

Por Luciana de Araújo Nascimento Guaraldo

Era sábado de manhã e eu estava no salão retocando as raízes dos cabelos. A cabeleireira me informou que em alguns minutos atenderia duas novas clientes. Decorrido um curto espaço de tempo, entraram no salão Amélia com sua filha de dois anos, Orquídea, e sua amiga Petúnia. As três se sentaram nas cadeiras da recepção. Observei que, enquanto Orquídea brincava com as revistas, Amélia e Petúnia tinham o semblante triste e sério. Amélia relatava à amiga que chegou em casa do trabalho por volta das duas da manhã, passou na babá para pegar a filha e, ao chegar em casa, havia pratos e copos quebrados no

chão da cozinha. Caruru, seu esposo, havia bebido e, novamente descontrolado, a xingou de todos os nomes e disse que aquela não era hora de uma mulher de bem voltar para a casa. Amélia trabalhava na linha de produção de um frigorífico no período da noite. Foi lá que conheceu Petúnia, que morava na mesma cidade e possuía uma história semelhante. Petúnia, um pouco mais jovem, rebateu a amiga perguntando por que ela aceitava tudo aquilo. Não entendia por que Amélia aceitava tudo aquilo, lembrando-a da gestação de Orquídea e das agressões físicas que sofreu. Percebi que os olhos de Amélia se encheram de lágrimas, mas antes que uma delas rolasse em seu rosto, ofereceu a Orquídea um brinquedo que estava na bolsa, tentando disfarçar a dor da lembrança.

Petúnia falou com certo orgulho que Tiririca, seu companheiro, nunca batera nela, inclusive, dizia várias vezes que a amava demais. Seu único defeito era proibir que ela saísse para comer um lanche com suas amigas e ter amizades masculinas. Nas vezes em que o desafiou, houve brigas. Em uma delas, Tiririca quebrou o celular de Petúnia, mas depois comprou outro aparelho.

Ouvi o momento em que Petúnia disse de forma enfática: “Esses dois estão com os dias contados! Logo nos libertaremos! Já consegui falar com o dono daquela casa. É só pegar o pagamento e: bye, bye” Com o pagamento pelo mês trabalhado se

aproximando, as duas, junto com Orquídea, planejavam alugar uma casa, deixar para trás aquelas lembranças de dor e trilhar um caminho juntas de companheirismo, respeito e amor.

Infelizmente, essa é uma das muitas histórias de vida que tomamos conhecimento no dia a dia e que envolve o papel social atribuído às mulheres na sociedade brasileira. Amélia, Orquídea e Petúnia, de maneiras diferentes e individuais, sofreram violências. Araújo (2008) nos lembra que, além do sofrimento físico e psíquico infligido à mulher, a seus filhos e à sua família, a violência contra as mulheres é também uma violação dos direitos humanos.

Além disso, a violência contra as mulheres não se refere apenas às formas cruéis de manifestação, mas vincula-se também às formas sutis e camufladas de discriminação. São, em linhas gerais, caracterizadas por práticas abusivas que podem ser físicas, psicológicas, sexuais, financeiras, sociais e institucionais.

A Professora Leila Linhares Barsted (2016) propõe que a violência contra as mulheres continua sendo uma triste realidade no Brasil e no mundo. É resultado das relações de poder, de dominação e de privilégios estabelecidas em detrimento das mulheres.

Mais do que perceber o relato exposto acima como um sofrimento vivenciado por mulheres individuais, precisamos urgentemente entender que a violência contra as mulheres opera como um mecanismo de dominação que perpetua as relações de poder contra as mulheres em

todas as esferas: família, trabalho, política etc. Ela se configura como experiências coletivas de opressão em uma sociedade fundada na cultura patriarcal, na qual as estruturas e relações estabelecidas socialmente favorecem os homens, especialmente os homens brancos, heterossexuais e cisgênero.

É nesse sentido que, por meio do conceito de Violência de Gênero, conseguimos nos instrumentalizar para entender os fundamentos, raízes, problemáticas e consequências da violência contra as mulheres na sociedade patriarcal. Como esclarece Saffioti (2001), a Violência de Gênero é um conceito mais amplo do que a violência contra as mulheres, englobando vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, colocando em questionamento o exercício da função patriarcal. Pode ser compreendida como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica em razão do sexo, identidade de gênero ou orientação sexual de uma pessoa. Ainda que possa ser vivenciada tanto por homens quanto por mulheres, por questões históricas de relações de desigualdade, as mulheres são as vítimas mais atingidas pela Violência de Gênero.

Desvelar, compreender e combater a Violência de Gênero é um desafio e um compromisso assumido por todos os participantes do Laboratório de Estudos Feminista e Violência de Gênero (LEFVG).

Pretendemos, com as ações promovida no âmbito do projeto de extensão, reunir professores, pesquisadores e estudantes na realização de estudos, pesquisas e atividades que possam oportunizar a conscientização da comunidade quanto a necessidade de identificar e combater as situações de Violência de Gênero. JUNT@S, podemos muito!

Referências:

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008.

SAFFIOTI, H. I. B.. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.

Cadernos Pagu, n. 16, p. 115–136, 2001.

BARSTED, L.L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil.

In: SARDENBERG, C.M.B., & TAVARES, M.S. comps. *Violência de gênero contra*

mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online].

Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 17-40. *Bahianas collection*, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7.

<https://doi.org/10.7476/9788523220167.0002>.

CONSTRUINDO UM FUTURO EQUITATIVO: MULHERES NA CIÊNCIA E NA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Por Maria Alice França dos Santos

A história da ciência remonta aos primórdios da humanidade, quando nossos antepassados começaram a observar e entender o mundo ao seu redor. No entanto, durante grande parte dessa história, o papel das mulheres na ciência foi subestimado e até mesmo suprimido. Na antiguidade, por exemplo, temos o caso de uma figura muito importante para a história da ciência: Hipátia de Alexandria, uma matemática, astrônoma e filósofa grega que viveu no século IV d.C. Hipátia desafiou as normas sociais da época e contribuiu significativamente para o desenvolvimento da matemática e da astronomia. Seus ensinamentos na escola de Alexandria foram de muito valor; no entanto, após algum tempo, seus conhecimentos foram considerados

pagãos, e ela foi executada por fanáticos cristãos. Este é apenas um exemplo do desafio que as mulheres enfrentam ao buscar um caminho na ciência.

Durante a Idade Média, as curandeiras desempenhavam um papel crucial na prática da medicina, utilizando ervas medicinais e técnicas de cura tradicionais para tratar os doentes. Suas habilidades eram transmitidas de geração em geração, e sua contribuição para o bem-estar das comunidades era inestimável. Entretanto, durante os períodos de caça às bruxas, muitas delas foram perseguidas e executadas sob a acusação de bruxaria. A caça às bruxas não apenas dizimou inúmeras mulheres inocentes, mas também suprimiu o conhecimento médico feminino ao perpetuar estereótipos prejudiciais sobre as mulheres na ciência natural. Ao nos preocuparmos com uma ideia de defeito ou estranheza nas ações e características femininas, acabamos negligenciando os cuidados e a atenção com relação até mesmo aos homens.

Durante esse mesmo período, enquanto os homens estudavam o corpo feminino, de acordo com a historiadora Mary del Priore, na descoberta de óvulos, os confundiram com vermes.

Como se não bastasse, outro aspecto absurdo sobre o corpo feminino na ciência medieval era a visão dos médicos teólogos de que no corpo da mulher digladiavam deus e o demônio. Tais absurdos poderiam ter sido evitados se as mulheres tivessem tido a chance de estudar seus próprios corpos.

O que poderíamos ter alcançado se não tivesse existido um período

tão tenebroso? A verdade é que a ciência teria evoluído muito mais, as mulheres perseguidas teriam tido seus nomes reconhecidos, e há uma grande possibilidade de não termos tido raízes tão profundas desse período em nosso comportamento e até mesmo no inconsciente. Ao perpetuarmos a visão medieval de que mulheres só podem ser ruins, estamos negligenciando a importante contribuição das mulheres para a nossa história, especialmente no campo da ciência medicinal. Sendo, que não podemos esquecer também da medicina indígena de nosso país, que foi essencial para todo o conhecimento que hoje temos na ciência, embora tenha sido esquecida e desacreditada por muito tempo.

Um fato interessante, também comentado por Priore, é que documentos científicos encontrados da época da colonização tinham um olhar funcionalista sobre o corpo feminino, especificamente sobre o que mais importava para os médicos: a reprodução. Para eles, o útero da mulher era o mais importante, pois acreditavam que a mulher foi criada por Deus para procriar. Esta visão misógina lamentavelmente se perpetuou em nossa sociedade por anos. Discutimos ciência no contexto da educação, como podemos modificar essa percepção em relação às mulheres?

Já pararam para pensar quantas mulheres vocês conhecem que participaram de alguma pesquisa, dentro

ou fora do ambiente educacional? Temos incentivos desde o ensino fundamental e médio, ou fomos criados com a visão de que as mulheres na Idade Média eram, de fato, bruxas, simplesmente por estarem envolvidas em ciência até então desconhecida?

Dentro da UEM, por exemplo, vocês sabiam que existem várias maneiras de se tornar uma cientista da educação, começando por uma simples dúvida ou até mesmo aprofundando-se em algum tema discutido em sala de aula?

Então, vamos conhecer algumas dessas formas que vão além da sala de aula e o que a UEM tem feito desde então nesse quesito.

1. *Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero (LEFEVEG) na UEM:*

- Pesquisa, discussão e conscientização sobre feminismo e violência de gênero.

1. *Programa de Iniciação Científica (PIC):*

- Incentiva pesquisa durante cursos universitários;
- O aluno seleciona o tema;
- Oportunidade para explorar tópicos relacionados à educação.

1. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC):*

- Apoiado pelo CNPq, Fundação Araucária e CAPES;
- Incentiva envolvimento de estudantes em projetos de pesquisa conduzidos por professores.

1. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):*

- Iniciativa do MEC;
- Oferece experiência prática em escolas públicas de Educação Básica para estudantes de licenciatura;
- Proporciona bolsas.

Em 2021, a UEM foi classificada como a primeira universidade das Américas com mais pesquisas realizadas por mulheres. Isso representa um marco significativo para nossa instituição, indicando que estamos progredindo na direção correta. Não é mesmo?

Portanto, vamos contribuir para solidificar a reputação da nossa universidade como um símbolo de empoderamento para todos os alunos, especialmente para as estudantes, docentes e futuras profissionais em todas as áreas.

VALE A PENA LER ESSE LIVRO?

Por Emanuely Dias

Na indicação de leitura para essa edição, apresento o livro “*Os Sete Maridos de Evelyn Hugo*”, escrito por Taylor Jenkins Reid, em 2017. Ao ler o título, é comum que imaginem um enredo muito diferente do que o livro mostra. Podemos imaginar uma mulher tradicional para os anos 50 nos Estados Unidos, que vive à procura de casamento

para sobreviver.

Mas quem pensa isso está totalmente enganado, esse livro é o famoso “não julgue o livro pela capa”.

O livro retrata a história de uma grande atriz de Hollywood dos anos 50, que protagonizou diversos filmes, e ganhou até uma estatueta do Oscar. Ela relata cada fase de sua vida, relacionando com seus sete maridos (quando realizarem a leitura, vão perceber a forma em que ela é extremamente estratégica). Devemos sempre considerar, que ela apenas fazia o necessário para sobreviver e ainda ter relevância nos anos dourados em Hollywood, já que a mesma era uma mulher.

No século XIX, ser uma atriz era mal visto. Um ator também não era visto com bons olhos, mas ser atriz, era pior. Mas, Evelyn soube ocupar esse espaço na sociedade de forma bem proveitosa.

No decorrer da história da Evelyn, conhecemos Celia St. James, uma personagem que tem uma relevância GIGANTESCA para o plot twist da história (Só vou dizer, que as duas eram próximas... em um nível até escandaloso para a época, se atentem a letra B e L da sigla LGBTQIAPN+).

A Evelyn sofreu preconceito e o machismo da época... Foi vítima de diversos tipos de violência, seja a psicológica, física ou financeira. Ela consegue ser tão real, que me assusta! Algumas características dela que me deixaram encantada: a sua força de vontade, sua auto estima e, não sei se posso chamar assim, mas o seu egoísmo. Isso mesmo!

Mas, acredito que também podemos chamar isso de amor próprio. A autora apres

-enta Evelyn como uma mulher que pensa em si mesma em primeiro lugar, e nunca se culpa por isso. Se considerarmos a época em que a história é ambientada, e as atitudes da personagem, podemos até considerá-la uma mulher à frente de seu tempo, pois a mesma não se apega ao tradicionalismo estadunidense.

Na vida real, nenhuma mulher é “mansa” o tempo todo (e nem temos que ser), temos vontades e precisamos sim nos impor. E muitas vezes, por isso, somos chamadas de egoístas ou mal amadas. Mas a Evelyn me mostra que, tudo bem se colocar em primeiro lugar, focar em si mesma, ter vontades próprias. Não tem maldade nisso! A sociedade vai te julgar sendo uma mulher “mansa” também. Então, seja o que quiser ser.

Nenhuma palavra que eu escrever aqui vai conseguir transmitir o quanto a história dela é interessante. Só sei dizer que a personagem é muito real, ela é praticamente palpável, não se faz de boa e nem tenta, eu fiquei encantada. Por isso recomendo para você ler!

A mulher latina e bissexual que está no livro, era tão real na minha mente que depois de finalizar a leitura, pesquisei sobre e não encontrei dados sobre ela (obviamente, ela não existe).

Em alguns momentos me identifiquei com ela, em outros detestei ela, depois amei ela. E por aí vai.

O livro deixa você com uma sensação de quero mais ao terminar a leitura, mas infelizmente, não existe outro livro dela.

Obrigada, Taylor Jenkins Reid, por criar a personagem mais próxima de uma mulher real que eu já li, no sentido de expressar sentimentos e suas vontades.

Então, sim. Vale SUPER a pena ler esse livro.

Você pode encontrar o livro para comprar na Amazon, tanto a versão física como o ebook.

POR QUE O ABORTO NÃO É DISCUTIDO?

Por Miguel dos Santos Reis

Discussões sobre o aborto sempre se dão de forma muito polêmica em todos os segmentos sociais, com posicionamentos extremistas tanto de apoiadores da legalização que buscam serem ouvidos e conquistar espaços, quanto da significativa parcela da população que demoniza (literalmente) tal ato. A moral e a ética se fazem muito presentes nesses conflitos ideológicos, reforçando estereótipos sociais, que contribuem para a dificuldade de uma desconstrução coletiva.

Por mais que a mulher esteja conquistando um maior local de fala nos últimos anos, e ocupando cargos ou espaços que antes eram predominantemente masculinos, ainda falta muito para que as escolhas em relação ao seu corpo feminino e a liberdade de tomá-las, seja visto realmente como um direito social.

No caso do Paraná como um todo, estado

pertencente a região sul do Brasil, percebe-se uma forte presença do conservadorismo que faz parte da sua história, passando de gerações em gerações ideais tradicionalistas, submetendo mais ainda as mulheres paranaenses ao sistema patriarcal. Temáticas como o aborto são, dificilmente, pauta de discussões nesse cenário, fazendo com que haja uma carência em relação a representatividade, principalmente das cidadãs que buscam um dia alcançar o direito de escolher levar uma gravidez até o final ou não.

Diante um levantamento feito a partir das publicações de acadêmicos e docentes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), mesmo se tratando do meio acadêmico, ainda assim não se tem um grande número de textos que abordam tal temática. Dentre os encontrados, pode-se perceber que os autores que se propõem a escrever sobre, se posicionam de maneira bastante consciente a problemática, como o Luiz Augusto Mugnai, doutorando em ciências sociais pela UEM, que escreve: Observa-se que a ilegalidade da prática no país, imposta judicialmente, impede muitas mulheres quando de uma gravidez indesejada, de frequentarem o médico de uma forma legal, segura e indiscriminada. Tal impedimento coloca em risco a vida humana, que quando não acaba em mortalidade materna, gera insegurança, depressão, ansiedade e arrependimento. Em sua escrita, ele traz para a discussão as questões de saúde da mulher, que mais

uma vez é esquecida dentro desse contexto regional.

A acadêmica, também da área de ciências sociais, Natália Manganoti Negro, escreve: “a maior razão para o aborto ainda ser criminalizado no Brasil, inclusive nos três primeiros meses de gestação, em muito pouco se relaciona com explicações biológicas ou jurídicas, mas sim com os valores sociais de cunho religioso e moral”.

Diante de tal ideia, justifica-se o porquê de essas discussões praticamente não existirem nas cidades de Maringá e Cianorte, se não no meio acadêmico, local onde não tem uma grande notoriedade, fazendo com que esses debates fiquem isolados, por consequência da sociedade sulista que nos rodeia estar imersa no conservadorismo cristão.

Por outro lado, podemos tornar o meio acadêmico como exemplo, e a partir dele não medir esforços em busca de uma politização das temáticas sobre aborto e sua relação com a saúde pública e qualidade de vida dos beneficiários.

Globalizar esse tipo de discussão é mais que necessário dentro de uma sociedade como a do Estado Brasileiro, que se caracteriza pela sua diversidade étnica e o pluralismo de ideias, dando a ideia de que todos os posicionamentos e pontos de vistas tem o mesmo valor, como nos assegura as atuais normativas, mas é nítido que isso só existe em teoria.

Indicações de leitura sobre o assunto:

JUNIOR, Luiz Augusto Mugnai Vieira. O Status Jurídico Brasileiro do Aborto: Uma Questão de Gênero?. Arquivos do MUDI, v. 20, n. 2, p. 72-88, 2016.

DOMINGUES, Pedro Henrique de Souza; FONTENELE, Alessandra Lima; FERREIRA, Graziani Izidoro; GUILHERM, Dirce Bellezi; LARDIM, Jéssica de Souza Paes; MENDONÇA, Thaynara de Oliveira; NEVES, Maria da Graça Camargo. *Objecção de consciência e aborto: opiniões e conhecimentos dos estudantes de enfermagem*. Editora da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022

NEGRO, Natália Manganoti. *O aborto como crime no Brasil e a desconsideração dos direitos reprodutivos da mulher*. Editora da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, nov, 2022.

FLEXIBILIDADE E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REALIDADE UTÓPICA

Por Emanuely Dias

Ser mulher significa que, muitas vezes, encontramos dificuldades em nossa inserção no mercado de trabalho. São vários fatores: uma jornada dupla entre a vida pessoal e a vida profissional, o machismo e a falta de oportunidade de trabalho. Além das particularidades de

cada uma de nós.

Foi depois da década de 1930, que as mulheres adentraram ao mercado de trabalho no Brasil, com pouquíssimos direitos. Mesmo que essa inserção tivesse objetivos voltados à produção e o aumento da mão de obra, é a partir daqui que podemos pensar nas possibilidades de uma vida independente.

Mas, mesmo com a oportunidade de um emprego, ainda existe uma dúvida que assombra essa conquista. Será que agora que essas mulheres trabalham, elas podem ocupar cargos que geralmente, são ocupados por homens?

Nos dias atuais, é comum que nas turmas de engenharia, medicina e direito, e entre outros cursos que no passado, os estudantes eram em sua maioria do sexo masculino, o número de alunas sejam maiores. Será que ao ingressarem no mercado de trabalho, elas sentem a notória diferença de tratamento dos recrutadores entre elas e os ex-colegas de turma?

Questiono isso, pois é comum que em entrevistas de empregos nas mais diversas áreas, nós mulheres sempre respondemos as perguntas mais machistas possíveis, como “Você é mãe?” e se não for, você pode ouvir um “E pretende ser?” Se você for mãe, se prepare para o interrogatório “Com quem seu filho vai ficar para você trabalhar? Quem pode buscar ele na escola caso ele fique doente?” “É casada? Tem família?” Com isso, eles querem saber se alguém na sua casa precisa de você. Me deixa triste pensar que, caso as respostas das perguntas que citei forem positivas, provavelmente você não vai

conseguir o emprego.

Agora, um candidato pode responder tranquilamente de forma positiva, pois os recrutadores vão imaginar que ele sempre terá uma esposa/mãe/irmã para aliviar para ele. E eu acredito que isso, é uma das justificativas que nos levam ao tema central deste texto: O porquê dos homens ocuparem tantos espaços no mercado de trabalho, e as mulheres ficarem em porcentagens bem menores.

Mesmo com a oportunidade de ter um trabalho formal, ainda somos tratadas como incapazes e insuficientes para assumir determinados cargos. Além disso, também existe a possibilidade de assumir um mesmo cargo de um homem, e ainda receber um salário menor. Sim, existem leis que procuram reparar isso. Mas quem garante que serão cumpridas? Muitas mulheres podem não relatar tal situação para não perderem a oportunidade de emprego.

Vamos agora refletir sobre a quantidade de mulheres em cargos ocupados majoritariamente por homens. Começando pela quantidade de vereadoras na Câmara Municipal de Cianorte: 2 (duas) vereadoras, entre 8 (oito) vereadores, totalizando 10 vereadores num total.

No Paraná, entre o total de 54 deputados estaduais eleitos, temos somente 10 deputadas (informações retiradas do site da Assembleia Legislativa do Paraná).

Na ciência, tecnologia, nós também estamos presentes, mas ainda em uma quantidade pequena.

A equidade de gênero é essencial para que possamos trabalhar, e não sofrer nenhuma violação.

Agora, reflita comigo: será que essa mínima participação nos cargos citados anteriormente tem motivo? Penso que, ainda que a luta seja constante, essas mulheres vão levar um tempo para não sofrer preconceito por atuarem em áreas em que a sociedade não as consideram “aptas”. E não só em cargos públicos, mas nas diversas profissões que existem. Como, por exemplo, você conhece quantas mulheres que são mecânicas? Quantas motoristas? Quantas metalúrgicas? Quantas programadoras? Quantas publicitárias? Ou quantas agrônomas?

Eu não sei quanto a você, mas eu não conheço nenhuma mulher que atue nas áreas que falei, só conheço homens com essas profissões. Ao menos na minha cidade pequena e com costumes tão conservadores, não é comum que mulheres atuem nas profissões que escrevi acima, porém, muitas dessas mulheres são mães solo, e sustentam sua casa com o salário que recebem de seus empregos. Em sua maioria, elas sobrevivem, pois não podem viver seus sonhos. O mercado de trabalho não é nem um pouco flexível conosco, e sentimos na pele a forma em que isso se perpetua.

Em uma realidade utópica, vejo um lugar em que todas poderemos trabalhar e ter uma vida comum, sem tantas limitações impostas pela sociedade. Um lugar em que receberemos salários justos, assumir cargos altos e sermos reconhecidas por isso, ter tempo para se cuidar fisicamente e mental-

mente, poder estudar e ter uma boa rede de apoio.

Parece básico, não é? Mas, pouquíssimas de nós podem contar com essas coisas. Seguimos com a luta para que um dia, essas coisas “básicas” sejam rotina de todas as mulheres que desejam isso.

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O SALÁRIO MATERNIDADE: DIREITO, SOLICITAÇÃO E PREVENÇÃO DE GOLPES

Por Bruna de Brito

Navegando pela internet, deparei-me com um novo tipo de golpe, e por isso venho esclarecer e ajudar a proteger as mulheres brasileiras em uma das fases mais importantes de suas vidas: a maternidade.

Para muitas mulheres brasileiras, a chegada de um novo membro na família traz grandes alegrias, mas também preocupações financeiras. O salário-maternidade, um benefício pago pela

Previdência Social, surge como um importante apoio nesse momento. Mas você sabe exatamente como funciona e quem tem direito a ele?

O que é o Salário-Maternidade?

O salário-maternidade é um benefício concedido às seguradas do INSS que precisam se afastar do trabalho devido ao nascimento de um filho, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. Esse benefício visa garantir que as novas mães tenham segurança financeira durante esse período crítico de adaptação familiar.

Quem Tem Direito?

- Empregada MEI (Microempreendedor Individual);
- Pessoa desempregada, desde que mantenha a qualidade de segurado;
- Empregada Doméstica;
- Empregada que adota criança;
- Contribuinte individual;
- Empregado doméstico;
- Trabalhador avulso;
- Segurado facultativo;
- Casos de falecimento da segurada empregada que gerem direito a complemento de pagamento para o cônjuge viúvo.

Interessantemente, segurados homens também podem receber o benefício em casos de adoção ou guarda judicial.

Como Solicitar?

O processo de solicitação do salário-maternidade foi simplificado nos últimos anos. As seguradas podem fazer o pedido online pelo portal Meu INSS ou pessoalmente nas agências da Previdência Social. Os documentos necessários incluem:

- Documento de identificação com foto;
- Número do CPF;
- Certidão de nascimento da criança (ou documento judicial em casos de adoção/guarda);
- Documentos referentes às relações previdenciárias (exemplo: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), carnês, documentação rural, etc.).

Para as empregadas com carteira assinada, a responsabilidade de encaminhar a solicitação é da empresa.

Como Evitar Golpes Relacionados ao Salário-Maternidade

Para evitar golpes relacionados ao salário-maternidade, é essencial utilizar apenas canais oficiais do INSS, como o portal Meu INSS e as agências da Previdência Social, para obter informações e realizar solicitações.

Desconfie de qualquer solicitação de dados pessoais por telefone, e-mail ou redes sociais, pois o INSS não pede informações sensíveis dessa forma. Não clique em links suspeitos recebidos por

mensagens ou e-mails. Em caso de dúvida sobre a veracidade de um contato, ligue diretamente para o INSS pelo número oficial 135. Proteja seus documentos pessoais e evite compartilhá-los com terceiros, além de usar senhas fortes e únicas para acessar o portal Meu INSS.

Atenção às redes sociais é crucial; siga apenas páginas oficiais do INSS e evite divulgar informações pessoais publicamente. Verifique sempre comunicados oficiais do INSS no site ou em fontes confiáveis e, se identificar uma tentativa de golpe, denuncie imediatamente às autoridades e ao INSS. Mantendo-se informado e adotando essas precauções, você pode proteger-se contra fraudes e garantir a segurança na solicitação do benefício.

O salário-maternidade é um benefício essencial para garantir a segurança financeira das mães e pais que estão se adaptando à chegada de um novo membro na família.

Compreender como funciona, quem tem direito e como solicitar esse benefício é fundamental para que as famílias possam aproveitar essa assistência sem complicações. Além disso, estar ciente dos golpes relacionados ao salário-maternidade e saber como evitá-los é crucial para proteger seus direitos e recursos. Utilize sempre os canais oficiais do INSS, desconfie de solicitações de dados pessoais por meios não autorizados e mantenha-se informado sobre os procedimentos corretos. Ao adotar essas precauções, você pode garantir que o processo de solicitação do benefício seja seguro e eficaz, permitindo que você se con-

centre no que realmente importa: o bem-estar da sua família.